

# Educação

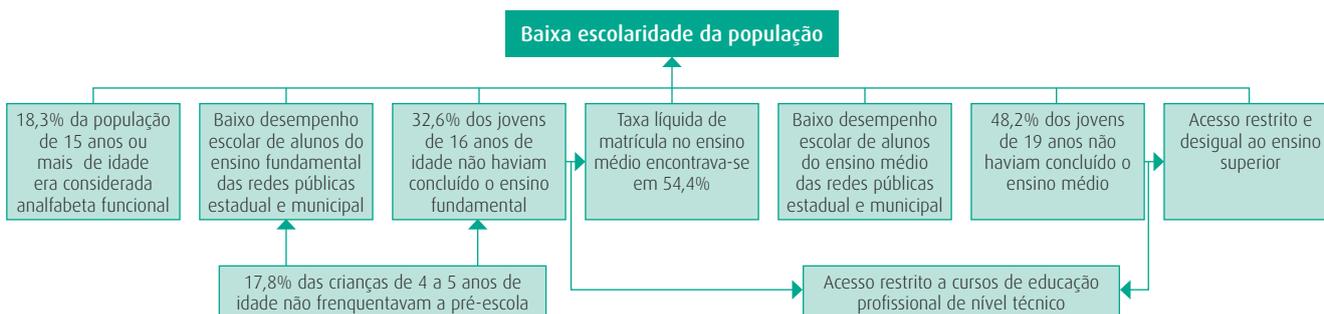
Relatório Sistêmico de Fiscalização

O FiscEducação 2014 oferece visão sistêmica sobre as políticas públicas educacionais, que engloba: a execução orçamentária do governo federal na Função Educação no período de 2010 a 2013; os desafios e avanços quanto à melhoria de indicadores educacionais brasileiros, com ênfase nas metas assumidas no novo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015; e os principais problemas de governança encontrados pelo TCU em programas e instituições fiscalizados.

## PRINCIPAIS ACHADOS E REGISTROS

Elevar a escolaridade média da população de dezoito a 29 anos é um dos desafios traçados no PNE 2014-2024. Em 2012, apenas 29,4% na população entre 18 e 24 anos e 4,1% acima de 25 anos tinham, no mínimo, doze anos de estudo (ensino fundamental e médio). Além disso, persistem as desigualdades quando se comparam as oportunidades de acesso e os resultados por extrato de renda, por raça/etnia e entre regiões e unidades federativas. A melhoria da qualidade da educação brasileira requer associar o acesso e a frequência das pessoas à escola com o efetivo aprendizado pelo aluno. No exame internacional Pisa/2012, 67% dos estudantes brasileiros ficaram abaixo da linha básica de proficiência. O PNE 2014-2024 está estruturado em vinte metas, referentes às diversas modalidades e níveis de educação, incluindo o financiamento e a valorização dos profissionais da educação.

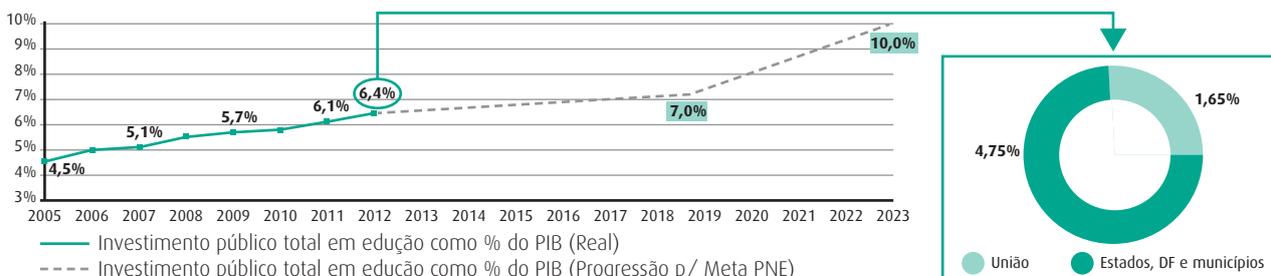
### Fatores associados ao problema da baixa escolaridade da população brasileira, segundo índices educacionais apurados para 2012.



Fonte: Pnad/IBGE e Anuário Brasileiro da Educação. Elaboração: SecexEducação/TCU.

Na última década, os gastos públicos em educação apresentaram crescimento quando comparados com o PIB brasileiro, saltando de 4,5%, em 2005, para 6,4%, em 2012. Há expectativa de que esse gasto continue crescendo nas três esferas de governo, tanto em valores reais quanto em relação ao PIB, motivado, principalmente, pelas metas fixadas no PNE de ampliar o investimento público em educação para 7% do PIB, no quinto ano de vigência do plano, e para 10% do PIB ao final da sua vigência, em 2024.

### Gasto público em educação nas três esferas de governo em relação ao PIB (%), de 2005 a 2012, e progressão estimada para alcance da meta do PNE em 2018 e 2023.



Fonte: Prestação de Contas da Presidência da República de 2013; PNE 2014-2024; Sistema Siga Brasil. Elaboração: SecexEducação/TCU.

A Educação está entre as funções de governo com maior materialidade. De 2010 a 2013, a despesa empenhada pela União foi de R\$ 283 bilhões (valor atualizado), sendo 43% destinadas ao Ensino Superior, 38% à Educação Básica, 10% ao Ensino

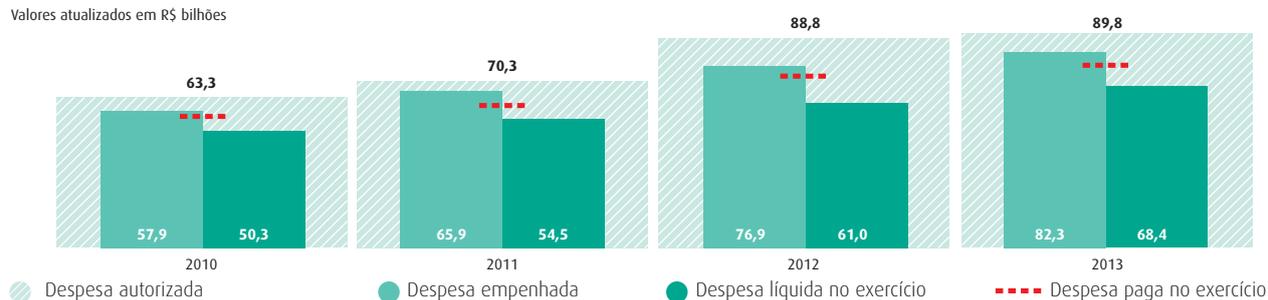
# Educação

Profissional e Tecnológico e 9% à gestão e manutenção do MEC.

Ao analisar os indicadores e as metas do PPA 2012-2015, o TCU verificou que, em geral, os indicadores alinham-se aos objetivos dos programas, são apurados de modo tempestivo, seus dados são acessíveis, desagregados e provenientes de fonte confiável. Por sua vez, constatou-se que as metas do PPA fazem remissão às metas do PNE, o que dificulta o monitoramento e a avaliação daquele plano. Por terem diferentes ciclos de vida, torna-se muito difícil reduzir a termo os valores das metas do PNE (plano decenal) para o PPA (plano quadrienal).

### Execução orçamentária e financeira da Função Educação, na União, de 2010 a 2013.

Valores atualizados em R\$ bilhões



Fonte: Sistema Siga Brasil. Elaboração: SecexEducação/TCU.

Nota: Valores atualizados pelo IPCA até 2013.

Na educação infantil, o Brasil enfrenta desafios relacionados à iniquidade de atendimento e ao *déficit* de vagas. No Sul e Sudeste, a taxa de frequência à creche era, respectivamente, de 30,3% e 25,6% em 2012, no Norte menos de 8% e no Nordeste de 17,2%. Auditoria do TCU no programa Proinfância constatou subaproveitamento de espaços em escolas, falta de qualificação para elaboração de projeto pedagógico e execução de obras com qualidade deficiente.

No ensino médio, os grandes desafios são garantir o acesso e a permanência dos estudantes, de modo a reduzir as elevadas taxas de abandono e aumentar o percentual de jovens que concluem essa etapa de ensino. Ademais, é necessário reduzir as desigualdades indicadas pelos índices do Ideb, entre as redes pública e privada e entre estados. Auditoria coordenada do TCU com 28 tribunais de contas brasileiros apontou: deficiências de gestão e infraestrutura da rede; *déficit* de professores; excesso de docentes sob o regime de contratação temporária; diferenças significativas na contabilização de gastos; indefinição de valor mínimo por aluno como parâmetro da complementação da União ao Fundeb; e falta de regulamentação de padrões mínimos de qualidade.

Quanto à educação profissional e tecnológica, a meta do PNE é triplicar as matrículas da educação profissional e técnica de nível médio, com pelo menos 50% da expansão no segmento público. Auditoria nos institutos federais verificou oportunidades de melhorias relacionadas ao tratamento da evasão, à formalização de parcerias entre as instituições e os arranjos produtivos locais, à maior integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, à redução do *déficit* de docentes e técnicos e ao sistema de avaliação dos cursos técnicos.

Na educação superior, os desafios estão na expansão da oferta de vagas e na equidade de acesso. Estados do Norte e Nordeste apresentavam, em 2012, taxas de matrículas menores do que aquelas que o Distrito Federal, Rio Grande do Sul e São Paulo tinham em 1995. O TCU constatou inadequação das rotinas administrativas de universidades federais às normas que regulam o seu relacionamento com fundações de apoio e insuficiência dos controles sobre o processo de prestação de contas e acompanhamento dos contratos.

Além disso, foram realizadas auditorias conjuntas do TCU e da CGU em instituições de ensino superior, que abordaram aspectos relacionados à gestão de pessoas, organização das auditorias internas e gestão patrimonial e ouvidorias.

Identificação do processo no TCU: 020.808/2014-3

Relator: Ministro Bruno Dantas